



OS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO E OS *RANKINGS* ESCOLARES

Reflexos da reflexividade mediatizada

M. Benedita Portugal e Melo

Prefácio de José Madureira Pinto

Título	Os professores do ensino secundário e os <i>rankings</i> escolares: reflexos da reflexividade mediatizada
Autor	M. Benedita Portugal e Melo
Prefácio	José Madureira Pinto
Colecção	Desenvolvimento Profissional de Professores; 7
Direcção	José Matias Alves
Revisão	Jorge Almeida
Coord. editorial	Duarte Ribeiro
Edição	Fundação Manuel Leão, V. N. Gaia, 2009
Fotografia da badana	Inês Andrade
Execução gráfica	LabGraf
Depósito Legal	295211/09
ISBN	978-989-8151-10-0

© Fundação Manuel Leão, 2009

Rua Pinto de Aguiar, 345 | 4400-252 Vila Nova de Gaia – PT
Tel. 223 708 681 | Fax. 223 709 331 | fmleao@mail.telepac.pt

ÍNDICE

Prefácio	13
Notas Introdutórias	19
CAPÍTULO I – MODERNIDADE E REFLEXIVIDADE: REPERCUSSÕES NO SISTEMA EDUCATIVO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	27
1.1. Características da modernidade actual – confluência de perspectivas	27
1.2. Da reflexividade «moderna» à elaboração de uma tipologia de reflexividades	47
1.2.1. O papel dos <i>media</i> e do sistema educativo formal na promoção da reflexividade «moderna»	51
1.2.2. Da teoria da estruturação ao conceito de reflexividade	56
1.2.3. Reflexividade científica, reflexividade prática e reflexividade discursiva	59
1.2.4. Da reflexividade científica à reflexividade simbólico- -ideológica	68
1.2.5. Elementos para uma caracterização da reflexividade técnico-ideológica	76
CAPÍTULO II – O ESPAÇO DA REFLEXIVIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	83
2.1. O impacto dos <i>media</i> nas sociedades ocidentais contemporâneas	83
2.1.1. Os meios de comunicação social e o efeito de <i>agenda-setting</i>	90
2.1.2. O poder dos <i>media</i> à luz da Teoria Crítica	96
2.1.3. Os <i>media</i> como novas <i>ágoras</i> da actual modernidade	102
2.2. Lógicas de funcionamento do campo jornalístico: a diversidade na unidade	112
2.2.1. O poder simbólico dos meios de comunicação social	122
2.2.2. A «margem de manobra» dos receptores	127
2.3. (Im)possibilidades para a crítica e reflexão social	133
CAPÍTULO III – A EMERGÊNCIA DOS RANKINGS ESCOLARES NO CONTEXTO DA ACTUAL MODERNIDADE EDUCATIVA	145
3.1. Os <i>media</i> e a escola «para todos» como sistemas centrais da modernidade	145

3.1.1. Da constituição do sistema educativo formal à sua democratização em Portugal	156
3.1.2. O lento processo de construção da profissão docente	157
3.1.3. Lógicas contraditórias que presidiram à expansão do sistema educativo nacional	171
3.1.4. Do acesso escolar democratizado à problemática do insucesso	178
3.1.5. Atribuições da escola democrática: o que é actualmente solicitado aos professores	183
3.1.6. Dos contextos locais...	191
3.1.7. ...às lógicas globais	199
3.1.8. A influência da agenda educativa «globalmente estruturada» nos <i>media</i> : os <i>rankings</i> escolares como objecto de estudo	204
CAPÍTULO IV – OS PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	213
4.1. Princípios orientadores do trabalho no terreno	213
4.2. Da selecção da fonte documental à análise dos conteúdos mediáticos	214
4.3. Das entrevistas exploratórias à construção do inquérito por questionário	215
4.4. Da aplicação do inquérito por questionário à constituição da amostra	217
4.5. Caracterização sócioeconómica e profissional da amostra	222
CAPÍTULO V – OS CIRCUITOS DA REFLEXIVIDADE MEDIATIZADA A PROPÓSITO DOS RANKINGS ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO JORNAL PÚBLICO DE 2001, 2002 E 2003	233
5.1. Como o <i>Público</i> agendou o tema dos <i>rankings</i> escolares em 2001	233
5.1.1. Participantes do debate mediatizado em 2001	239
5.1.2. Os processos de reflexividade mediatizada e o efeito de <i>agenda-setting</i> em 2001	254
5.1.3. Representações produzidas em 2001 no discurso mediatizado sobre os <i>rankings</i> escolares	258
5.2. Como o <i>Público</i> agendou o tema dos <i>rankings</i> escolares em 2002 e 2003	266
5.2.1. Representações produzidas em 2002 e 2003 no discurso mediatizado sobre a avaliação do e no sistema educativo português	273

5.2.2. Os processos de reflexividade mediatizada e o efeito de <i>agenda-setting</i> em 2002 e 2003	283
5.2.3. Participantes do debate mediatizado em 2002 e 2003	291
5.2.4. Elementos de reflexividade técnico-ideológica num debate predominantemente simbólico-ideológico	300
5.2.5. Conjugação de condições para se participar no debate mediatizado sobre a educação	305
5.2.6. Importância da participação dos reflexivos <i>militantes</i> no debate mediatizado em 2002 e 2003	312
CAPÍTULO VI – REFLEXOS DA REFLEXIVIDADE MEDIATIZADA – OS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO E OS RANKINGS ESCOLARES	319
6.1. Confronto de olhares sobre o sistema de ensino público português: representações publicitadas, opiniões <i>implicadas</i> e perspectivas científicas	319
6.1.1. Causas da «crise» da educação nacional	321
6.1.2. Da “terceira fase” da reforma educativa nacional aos estudos sobre o “efeito de escola” – Contraste entre as opiniões mediatizadas e as representações dos professores	336
6.1.3. As principais funções do sistema de ensino público segundo os produtores de opinião do <i>Público</i> e os docentes inquiridos	351
6.2. Os docentes do ensino secundário e o exercício da sua actividade profissional	369
6.2.1. O papel dos professores do ensino básico e o papel dos professores do ensino secundário: a caminho de uma divisão social do trabalho?	369
6.2.2. Efeitos da implementação dos exames nacionais no 12.º ano nas práticas dos professores inquiridos	373
6.3. Efeitos dos <i>rankings</i> escolares nas opiniões e atitudes dos professores do ensino secundário	381
6.3.1. Importância atribuída à divulgação dos <i>rankings</i> escolares	381
6.3.2. Importância conferida aos efeitos públicos da divulgação dos <i>rankings</i> escolares	386
6.3.3. Os professores e a «escola para todos» ou como se concilia a excelência de resultados com a promoção de um ensino igualitário	394

6.3.4. Opiniões dos professores relativamente à publicação anual dos <i>rankings</i> de escolas	398
6.3.4.1. Opiniões dos professores que <u>concordam</u> com a publicação dos <i>rankings</i> escolares e atribuem <u>importância</u> ao posicionamento da sua escola naquelas listas	400
6.3.4.2. Opiniões dos professores que <u>discordam</u> com a publicação dos <i>rankings</i> escolares e atribuem <u>pouca importância</u> ao posicionamento da sua escola naquelas listas	403
6.3.4.3. Sentidos que os professores atribuem ao exercício da sua profissão – opiniões diferenciadas, efeitos opostos	406
6.3.5. Os efeitos do <i>ranking</i> escolar na acção pedagógica dos professores	407
6.3.6. Os efeitos dos <i>rankings</i> escolares no contexto organizacional das escolas secundárias	414
CAPÍTULO VI – NOTAS CONCLUSIVAS	425
Referências bibliográficas	451

PREFÁCIO

Na tentativa de identificar os principais traços diferenciadores das sociedades contemporâneas, têm as ciências sociais sublinhado o facto de os quadros de percepção, avaliação e orientação para a acção accionados pela generalidade dos seus membros serem cada vez mais influenciados por um conjunto de saberes que, elaborados originalmente em sede científica, se difundem no espaço social através da acção de círculos especializados de peritos. Daí à afirmação de que as nossas sociedades são eminentemente “reflexivas”, e os seus cidadãos generalizadamente dotados da lucidez analítica antes só acessível a elites restritas, não vai, muitas vezes, senão um passo.

Tese aliciante e em certo sentido dificilmente infirmável, tantas são as manifestações da presença dos saberes “eruditos” nos discursos e tomadas de posição do “cidadão comum” sobre os mais variados domínios da realidade (corpo e saúde, ambiente, economia e gestão, política internacional, pobreza e desigualdade...), a verdade é que, para se tornar sociologicamente sustentável e politicamente inspiradora, não pode a mesma tese furtar-se a algumas interrogações e especificações cruciais.

O próprio Anthony Giddens, um dos responsáveis pela introdução e popularização da noção de modernidade reflexiva nas ciências sociais, desde cedo se deu conta de alguns problemas que a mesma teria de enfrentar, embora sem daí chegar a retirar, na perspectiva da pesquisa empírica, as necessárias implicações. Concretamente, disse ele, importa ter em devida conta que a apropriação social do conhecimento produzido e difundido pelo campo científico e pelos sistemas periciais não é indiferente à influência que as estruturas de poder económico, político e simbólico e os sistemas de valores e ideologias sociais exercem, em cada momento, nos circuitos de produção e circulação e nas condições de recepção de informação, especialmente a que incorpora alto teor de pericialidade.

Não está aliás excluído, advertem outros autores, que sob a aparência de uma benévola e democrática extensão de saberes resguardados pelos títulos de legitimidade científica, se estejam reproduzindo e naturalizando, nas nossas sociedades, formas brandas, mas muito eficazes, de opressão. A este respeito, dificilmente pode deixar de se pensar no que foi, nas últimas décadas, o colossal efeito de encobrimento ideológico – na verdade, autêntica denegação da realidade – do discurso dito neoliberal inspirado nas teorias económicas dominantes no campo académico.

O livro que aqui se apresenta enfrenta nos seus primeiros capítulos, com determinação e grande competência, alguns destes problemas, utilizando como objecto de análise empírica o modo como um jornal dito de referência – o “Público” – participou activamente, na sequência da publicação, em 2001, do chamado *ranking* das escolas, na produção social de opiniões a respeito do sistema de ensino português e, por essa via, na definição das próprias orientações de política educativa do país.

O facto de, para apoiar a sua argumentação, ter a autora recorrido extensamente, nesta fase do seu trabalho, ao paradigma teórico do *agenda setting*, concepção e modo de abordagem utilizados no âmbito das ciências da comunicação para salientar o papel determinante que a selecção dos tópicos noticiáveis tem na emergência do que, em cada época, se considera serem os “problemas sociais” relevantes e as intervenções transformadoras possíveis, constituiu uma opção particularmente feliz. E isso, tanto mais quanto a indagação em causa foi conduzida com a preocupação de analisar de forma rigorosa e sistemática, e não meramente impressionista, o material discursivo publicado a este respeito no jornal “Público” entre 2001 e 2003.

Os resultados desta pesquisa não se limitam ao enunciado de umas tantas regularidades temático-discursivas. Revelam, além disso, que, no conjunto (hierarquizado) das secções do jornal em que o tema foi abordado, estiveram em confronto (ainda que sob as vestes de uma alegada neutralidade técnico-científica) posições ideológicas precisas sobre a realidade educativa portuguesa e o modo de conduzir as políticas do sector. E que a visão dita meritocrática (associada à defesa da selectividade, da promoção da excelência, do direito à livre escolha das famílias em matéria educativa) se sobrepôs, nas páginas do jornal, à defesa de princípios

claramente centrados nas exigências de democratização do ensino, com promoção das condições de igualdade de oportunidades em termos de acesso e sucesso escolares.

Contrariando qualquer veleidade de considerar o espaço dos *media* como um lugar de afirmação, em condições de concorrência perfeita, “de todas as opiniões”, demonstra a autora que são os grupos sociais mais dotados em capital cultural, escolar e linguístico e, dentro destes, o conjunto restrito do que ela designa como “reflexivos profissionais”, que, no essencial, monopolizam a enunciação, transformando-se em “amplificadores culturais” autorizados e “com autoridade” na matéria. A emergência, na ressaca dos debates mais acesos do ano de 2001, de vozes “não-autorizadas” de “reflexivos militantes” dá a entender, ainda assim, de acordo com a autora, que há lugar, nesta discussão tão crucial para o futuro do país, para formas de reflexividade alternativas, contra as correntes dominantes.

Em qualquer caso, contudo, e ao contrário do que se sugere nas visões mais optimistas da modernidade reflexiva, é, segundo a autora, com base em crenças e racionalizações ideológicas, muito mais do que em análises cientificamente fundadas sobre os constrangimentos sociais, institucionais e culturais dos processos de ensino-aprendizagem concretos, que as tomadas de posição sobre o sistema educativo com expressão mediática significativa tendem a organizar-se.

Não ficam por aqui – e já seriam muitos – os méritos deste livro.

E isso porque a autora, indo para além de uma análise estritamente centrada nos circuitos de informação que constroem opiniões e induzem decisões nesse espaço de interinfluência em círculo vicioso que hoje caracteriza a relação entre o campo dos *media* e o campo político, quis saber, com os instrumentos teóricos e as técnicas de observação da sociologia, até que ponto e de que modo veio a publicação dos *rankings* escolares influenciar as práticas organizacionais e lectivas concretas nas escolas portuguesas.

Não se trata já, neste segundo momento do estudo, de analisar a componente de produção discursiva da reflexividade mediatizada: está em causa, isso sim, perceber como na actividade concreta das escolas são – se é que são – apropriados os movimentos de opinião e as oscilações

políticas gerados pela publicação dos *rankings*. Passa a estar-se mais no domínio da consciência prática, do atrito e da confrontação entre profissionais que actuam em organizações concretas e com públicos estudantis socialmente muito diferenciados do que no de uma apropriação neutra e transparente, por parte dos actores sociais, de horizontes de conhecimento legitimados por sistemas periciais, como admitem alguns teorizadores “da” modernidade.

Neste olhar sobre a vida real das escolas, a primeira consequência que se retira é a de que não foram lineares nem uniformes os efeitos da publicação dos *rankings*.

Admitindo a generalidade dos professores do 12º ano inquiridos que, ao classificarem e hierarquizarem escolas, as listagens publicadas pela imprensa produzem indirectamente uma avaliação da sua própria prática profissional, muitos são também os que contestam a justeza dessa mesma avaliação – avaliação sempre de algum modo cega, pois deliberadamente ignora os processos sociais que estão na base das diferenças de resultados escolares constatadas.

No vasto conjunto de conclusões que, nesta fase da pesquisa, se obtiveram – e que aqui não podem sequer ser minimamente aflorados –, uma há que merece especial destaque. Referimo-nos ao facto de, na perspectiva de muitos professores, a publicação dos *rankings* ter reforçado, como aliás em certa medida já tinha ocorrido com a introdução de exames nacionais na avaliação dos estudantes, a componente instrumental-cognitiva do trabalho escolar, em detrimento de outras dimensões das aprendizagens – nomeadamente no domínio da formação para a cidadania e para a autonomia criadora –, que, no entanto, continuam a ser consideradas centrais na abstracta perspectivação das grandes missões atribuídas à escola em sociedades ditas “participativas” e “aprendentes”.

Ajudando a resolver o velho dilema implícito na dicotomia universalidade/diversificação de pedagogias em favor da uniformização pragmática das práticas docentes – e, nessa medida, contribuindo para reduzir por via burocrática incertezas e algumas culpabilizações dos professores –, nem por isso se generalizou, entre estes, o apoio à publicitação dos *rankings*. Tudo indica que, para a maioria, a ameaça à função democratizadora da escola e o incentivo a práticas de ensino instrumentalizadas e mercanti-

lizadas, vistos como efeitos perversos daquela publicitação, se sobreponham às vantagens pessoais que eles possam garantir.

A autora não descarta, neste seu inventário dos “reflexos da reflexividade mediatizada” nas escolas do ensino secundário, o conjunto de efeitos indirectos que os *rankings* podem ter produzido na actividade docente por intermédio de mudanças operadas ao nível das práticas organizacionais. Reconhecidos abertamente apenas por uma minoria dos docentes inquiridos, parece difícil, no entanto, ignorar a sua presença objectiva no quotidiano das escolas. Subtilmente, tais mudanças estariam contribuindo neste nível de ensino para apagar do horizonte da acção docente tudo o que nela se relacione primordialmente com o relacionamento afectivo e a empatia comunicacional necessários para concretizar, junto das gerações mais jovens, aprendizagens escolares bem sucedidas e a criação de vínculos interpessoais, que não excluam distância crítica, necessários a uma sua efectiva integração social.

São tópicos, dúvidas e desafios mais do que suficientes para fazer da leitura deste livro um estimulante exercício sociológico e um convite sereno a mudar racionalmente o que houver a mudar nas escolas e nas práticas docentes.

José Madureira Pinto